



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO
DIA 26 DE ABRIL DE 2013

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 -APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2012, E AINDA A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO;

2.3-1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4-RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2012= APRECIÇÃO

2.5-PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS DO PDM, EM TREIXEDO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.6- ECOBEIRÃO- SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO PLANALTO BEIRÃO, EIM,SA- ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.7- PROJETO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.8- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.9- MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO = PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (1ª) ;
APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.10-CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO= PEDIDO DE INTERVENÇÃO/AJUDA PARA DEFENDER O PODER LOCAL,
PORTUGAL E AS POPULAÇÕES=CONHECIMENTO.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Pedro Miguel Soares Veloso, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Abel Simões, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Hélder Luís Santos Pereira, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, Hélder Morais dos Santos Dias, Rui José de Sousa Branquinho Ramos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência dos Srs. Deputados Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz e José Machado Neves dos Santos que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por maioria de 27 votos registando-se uma abstenção do PS (Sr. Deputado Hélder Dias).

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados José Augusto Sousa, Paula Francisca Gomes, Leandra Cordeiro, Fernando Abel, Edite Cruz e Inês Matos.

Dada a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa este fez a intervenção que constitui o anexo n.º1 desta ata e que dela faz parte integrante.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Paula Francisca Gomes que constitui o anexo n.º2 desta ata e que faz parte integrante da mesma.

Verificou-se se seguida a intervenção da Sra. Deputada Leandra Cordeiro que constitui o anexo n.º3 desta ata e que faz parte integrante da mesma.

Pediu a palavra para um pedido de esclarecimento o Sr. Deputado José Augusto Sousa que considerou haver no que foi dito algumas verdades que são menos verdades que outras querendo julgar o juiz que está a ser julgado e não julgando o réu o que é sempre mau. O PS nestes oito anos não foi o culpado do endividamento da Câmara, o ónus está em quem o faz. Foram apontados nesta mesma Assembleia, sendo a culpa também de quem votou a favor algumas medidas que teriam inviabilizado um tão grande volume de despesa: a Comanima, 5,5 milhões, quando disseram não alguém os ouviu? Não. Os Centros Educativos feitos por uma PPP quando no estudo que aqui veio se previam dois, foram feitos três, dois dos quais sem financiamento. O PS sempre alertou para esse facto, são dois motivos de dívida acrescidos. Não podiam deixar de dizer também: Plano de Saneamento, Plano de Saneamento PAEL, o primeiro era bom, o segundo é que era e o terceiro estavam para ver. O dinheiro que veio, os seis milhões do primeiro que eram para pagar as dívidas do curto prazo, não foram pagas e foram aumentadas, segundo, o que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resta desse pagamento corresponde a 500 mil euros, com este novo empréstimo vai-se hipotecar Santa Comba mais, não sabia quantos anos, com um custo de 4,5 milhões de juros, ficando um resto de empréstimo de 1,6 milhões de euros a que se tem de fazer novo empréstimo com mais juros. Dizia ainda que se a atitude do PS fosse uma atitude política, provavelmente não se estava a pôr a jeito das críticas ali feitas, teria anuído, o que estava em causa era Santa Comba e o seu futuro, sabia que havia fornecedores a quem não foi pago, mas isso é culpa do Executivo. Será do PS? Foi o PS que fez as dívidas? Onde é que foi gasto esse dinheiro? Porque foi gasto esse dinheiro? Ainda está em Orçamento uma dívida de um certo passeio, porquê? Isso é que está em causa. Concordava com a proposta do PS de acabar com assessores, de lamentavelmente terem criado a Combanima e expectativas às pessoas, que no plano, nas palavras do Sr. Presidente iríamos ter agora uma diminuição para os encargos da Câmara, mas continuavam postos nas diversas parcerias o que a uma pergunta ali feita não foi respondido. Porquê? Esse dinheiro não ia libertar a tesouraria da Câmara? Com certeza não, mas a proposta ao ser feita pelo PS nesta altura não ia obriga-lo no futuro a cumprir o que se propôs? Também não tendo assessores. Estavam a escamotear um caso, o presidente ter outro vereador, a vereação é que manda, a vereação é a mesma. O Sr. Presidente é o Sr. Presidente e tem quatro vereadores que têm votado algumas coisas contra, isso acontece, não estavam a centralizar nada, a vereação é o cerne da Câmara, o Presidente é o executor que quando tem maioria executa o que quer, é o chefe, que não ouve ninguém, é o caso corrente.

Pediu a palavra, invocando a defesa da honra a Sra. Vereadora Manuela Alves que começou por dizer que perante as afirmações ali proferidas queria lembrar toda a Assembleia que já se tinha falado da conquista da democracia no 25 de abril e queria lembrar à Deputada Leandra Cordeiro que foi expulsa do Partido Social Democrático e sublinhava democrático por ter usado do seu direito democrático de voto, o resto deixava para a senhora pensar.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel que constitui o anexo n.º4 desta ata e dela faz parte integrante.

Fez de seguida a sua intervenção a Sr. Deputada Edite Cruz que referiu uma pergunta feita ao Sr. Presidente da Câmara na última Assembleia e onde lhe foi dito que a resposta seria dada primeiramente numa sessão da Câmara, pensando que tal não tinha ainda acontecido pelos documentos que tinha lido. Portanto reiterava a sua pergunta: se havia funcionários da Combanima que iam passar para a Escola Profissional, caso afirmativo quantos e com que funções. Perguntava também se para a DãoGest iria passar algum funcionário da Combanima e caso afirmativo se isso implicava aumento da transferência de verbas.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que relativamente a estas perguntas disse que iria responder a seu tempo mas não era ali que o faria. Relativamente à observação feita pelo Sr. Deputado Fernando Abel disse que teria todo o gosto, como já tinha dito numa reunião de Câmara, em pedir desculpa às pessoas que supostamente tenha ofendido, aliás dizia-lhe ainda outra coisa ele tratava as pessoas não pelo currículo mas como pessoas, independentemente de terem currículo ou não, era coisa que não o preocupava muito. No segundo seguinte em que lhe foi pedida desculpa por o terem chamado criminoso ele também pediria desculpa a esses senhores, seria no segundo imediato que pediria desculpa, mas primeiro terão que o fazer a ele uma vez que fizeram uma acusação deliberada porque está escrito, pensada, enquanto a sua reação foi a quente. Os Srs. Vereadores disseram na reunião de Câmara que não era a mesma coisa, pois não, era muito mais grave. O Sr. Presidente da Assembleia alertou o Sr. Presidente da Câmara que lhe tinha sido dada a palavra para responder à Sr. Deputada Edite Cruz ao que o Sr. Presidente da Câmara disse não ter ali dados e portanto não podia responder.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que começou por responder à intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel dizendo que este continuava a presumir e a tirar conclusões achando-se o dono da razão. Já que hoje tanto se falou do 25 de abril e porque se considerava uma privilegiada, já nasceu e cresceu em liberdade, também era verdade que esse 25 de abril lhe permitia responder às acusações com a mesma franqueza e de forma direta. O Sr. Deputado disse e não insinuou que o seu pedido de esclarecimento foi exercido como retaliação sobre um assunto que falaria de seguida. Não Senhor Deputado, se se recordar na própria ata dessa mesma reunião ficou



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escrito que a bancada Social Democrata iria, se assim o entendesse usar de todos os meios que tinha ao seu dispor para ver esclarecidas as afirmações que fez. Não foi como uma retaliação, a questão foi tratada na própria Assembleia, foi-lhe dito o que seria feito e como a boa educação e formação que tinha também o exigia, foi nesta Assembleia em local próprio que decidiu porque assim o entendeu, ela e o restante Grupo Parlamentar que era ali que lhe deveria pedir os esclarecimentos que entendeu necessários. Não usou de qualquer outra instância porque o problema foi ali levantado e ali se pretendia que fosse esclarecido. Portanto não houve qualquer tipo de retaliação nem de vingança porque a própria ata é esclarecedora disso. Relativamente ao que o Sr. Deputado disse quanto à escritura que foi feita sobre os bens que foram dados como garantia numa ação relativa ao não pagamento do IVA pelas transferências feitas pelo Município à Combanima e tendo em conta que o Sr. Deputado Fernando Abel realçou o comportamento do notário privativo e não privado que segundo o próprio atestou a existência de poderes do Sr. Presidente da Câmara quando tinha a obrigação de saber que não era assim, para descanso do Sr. Deputado Fernando Abel apenas o vinha esclarecer do seguinte: como notária privativa em exercício não só tinha obrigação de o saber como de facto sabia e porque o sabia fez a escritura. Esta foi realizada com um pedido de urgência, urgência essa que lhe foi justificada e que enquanto técnica aceitou. A escritura foi realizada ao abrigo do n.º3 do Art.º68º da Lei 169/99 de 18 de setembro, devidamente alterada e que diz o seguinte: sempre que existam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, o Presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, tais atos ficam sujeitos à ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade. Esta situação é permitida por Lei e parecia-lhe que o Sr. Deputado não conhece o artigo invocado, a escritura foi feita, foram invocadas figuras de exceção que ela e apenas ela tinha o direito de analisar, não lhe cumpria a situação de dar qualquer aula de direito, não tinha essa presunção nem se sentia obrigada a fazê-lo na sua área técnica. O Sr. Deputado e outros porque outros comentários foram feitos e tecidos noutra local têm todo o direito em opinar, pois essa foi uma das conquistas que também o 25 de abril nos trouxe mas quando não somos da área devemos sempre usar da humildade que nos deve ser inata e que não se conquista em nenhuma revolução. A concordância da prática do ato ou não é da sua inteira responsabilidade e única. Agora enquanto técnica não podia de maneira nenhuma fazer as insinuações que aqui se fizeram. A escritura foi realizada, foi assinada por ela pois por ela se responsabilizava, apresentada no sítio certo para ratificação. Não foi ratificada pela Câmara Municipal tendo em conta que o Órgão tinha essa faculdade aliás era à Câmara que cumpria ratificar ou não e os Senhores Vereadores e muito bem usaram desse direito não concordando com o conteúdo lato. É a Lei que lhes confere esse direito e dele se serviram sendo o ato anulável, não nulo. O n.º3 do Art.º68 atribui ao Sr. Presidente todos os poderes mesmo aqueles que a Lei não lhe confere em situações de exceção e devidamente fundamentadas perante aquele que tem de decidir se pratica ou não o ato. Esperava ter sido suficientemente esclarecedora tendo em conta que esse assunto foi discutido na Câmara, a escritura não foi ratificada por quem tinha que ser ratificada e porque a Lei lhe permitia fazer essa escolha.

Para pedir um esclarecimento foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por referir que a Sra. Deputada Inês Matos afirmou que foi devidamente informada da urgência daquela escritura, tanto quanto lhe parecia o conhecimento de que havia mais um processo contra a Câmara por falta de pagamento do IVA foi em janeiro, a escritura tanto quanto sabia foi feita em março, depois, dois dias após a escritura houve uma reunião de Câmara à qual não foi levado este documento. Isto foi despoletado depois da nossa Assembleia e quando o Sr. Presidente foi confrontado com o que aqui se passou, mais, perguntava se no ponto onde é reconhecida a capacidade no Sr. Presidente para o ato não se deveria invocar o Art.º que aqui leu. Não sabia e estava a perguntar com todo o respeito, reconhecendo-lhe a capacidade. É uma questão para esclarecer e não contra ninguém.

Respondendo a Sr. Deputada Inês Matos disse que naquele local era membro da Assembleia, na Câmara Municipal era funcionária, recebeu ordens e cumpriu ordens. Quando a questão lhe foi colocada como notária privativa, foi-lhe colocada depois de uma reunião de Câmara e a próxima só se iria realizar, já não estava bem certa da data, mas depois da escritura feita, só se iria realizar daí a quinze dias. Convocar uma reunião extraordinária, o Sr. Deputado sabia tão bem como ela que implicava determinados custos, mas quem era ela para questionar isso e não



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era ela que ia perguntar ao Sr. Vereador que lhe colocou a questão. A ela enquanto técnica bastou-lhe a justificação que lhe foi dada e se não foi feita qualquer menção na escritura pública é porque não era necessária porque a ratificação iria ter que ser apresentada. Se a ratificação não fosse feita, essa sim dava causa à anulabilidade do ato e a escritura ficava sem efeito.

Foi também dada a palavra para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Abel que disse e para esclarecer que a ilação que tirou quanto à oportunidade de fazer aquela intervenção foi porque de facto houve essa grande dificuldade que foi o pedido não ter sido feito na última Assembleia Municipal. Era evidente que a interpretou como uma reação ao que tinha feito. Assumia isso e não o escondia uma vez que era uma pessoa que usa da frontalidade e também de seriedade, até na diferença de opinião assumia com seriedade as suas opiniões.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do art.º19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu apenas a situação financeira do Município apresentando através de Power Point os quadros que já faziam parte da informação distribuída aos Srs. Deputados e referentes ao controlo orçamental. Apresentou os quadros da Despesa e da Receita comparando o seu comportamento de 2012 para 2013 nas diversas classificações económicas e no período até 31 de março de 2013. Referiu também através de um quadro a evolução mensal da receita e da despesa sem dívida transitada nos primeiros três meses do ano.

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que fez a intervenção constante do anexo n.º5 desta ata e que faz parte integrante da mesma. Antes focou novamente o problema que colocou na sessão anterior sobre os efeitos do temporal na cobertura dos prédios do Bairro do ex-Fundo do Fomento. A situação continua por resolver e se não fosse deitada para o caixote do lixo a intervenção já programada quando este executivo chegou ao poder a situação talvez não se tivesse verificado. Perguntou para quando o arranjo das casas.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu ter estranhado a intervenção pois o que se estava a analisar era a situação financeira da Câmara referente aos primeiros três meses do ano e afinal foi feita uma intervenção de fundo que já é repetitiva e quase que já a tinha decorado. Respondendo ao que interessava e relativamente ao Bairro do ex-Fundo de Fomento disse que estava preparada uma intervenção para substituir os toldos que estão provisoriamente no telhado. Também dizia ao Sr. Deputado que devia estar mal informado pois relativamente ao projeto que foi deixado pelo Fundo de Fomento da Habitação, esse projeto tinha também a ver com os moradores que tinham lá casas e foi precisamente por isso que as obras não foram feitas. O Gabinete Jurídico e o Gabinete de Ação Social tentaram em diversas reuniões que se formasse um condomínio e não foi possível. Isso não foi possível e a parte que competia aos moradores privados acabou por não aparecer e a Câmara não paga obras em casas privadas. Por essa razão acabou por cair o projeto, isso devia ter sido referido pois o Sr. Deputado também o sabe uma vez que também é lá morador. Relativamente à questão que considerou hilariante, era hilariante reconhecia-o e por isso juntou-se ao delírio e também se riu com a questão. Não perdeu nenhum bocadinho por ter sido censurado, a grande questão não é os Vereadores acatarem a vontade do Presidente da Câmara, a grande questão é os Vereadores não acatarem as decisões dos Santacombadenses. Recordava-lhe que ganhou as eleições com maioria absoluta e não a tinha na Câmara. Isso é que considerava triste e ninguém falava no assunto. O voto que se ganhou por via do 25 de abril também devia dar direito às pessoas que quando são eleitas governassem em função do que se comprometeram e a verdade é que isso não está a acontecer. Houve um golpe, não de Estado mas de Município na Câmara Municipal e portanto apesar de terem ganho com maioria absoluta não a tinham, isso é que considerava triste e ninguém falava. Em relação aos Centros Educativos o Sr. Deputado referiu há pouco dois Centros Educativos, a Carta Educativa se se recordava falava em três e não dois como poderá confirmar. A questão do financiamento dos Centros tinha essencialmente a ver com o cumprimento da Carta



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Educativa, não cumpríamos não recebíamos financiamento. É verdade que um deles tem financiamento comunitário que está praticamente concluído, em relação aos outros dois, não havia condições para a Câmara os fazer com os seus próprios meios daí ter montado a PPP e até este momento não há garantia que não é ou é financiada, existindo essa possibilidade e irão lutar até ao fim para que isso aconteça. Depois queria dizer-lhe, disse-o também na Câmara mas parecia que ninguém entendia que quando disse que um Spread acima dos 5% era inaceitável, estava a referir-se a uma taxa média de Spread para os 20 anos e a média é o somatório de todos os Spreads a dividir por 20. O Estado Português financia-se lá fora a uma taxa superior e não era possível que a CGD ou outro Banco emprestasse dinheiro abaixo dos Spread com que compram o dinheiro lá fora, por isso a taxa apresentada naquela proposta. Em relação a todas as considerações voltava a referir que já cansavam mas estava ali para ouvir e ouviria.

Pediu novamente a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa para dizer que quando o Fundo de Fomento reconheceu que as coberturas em amianto não eram as aprovadas contratualizou com a Câmara a mudança das coberturas em todos os blocos e portanto era isso que estava em causa. Quando o Sr. tomou a presidência já existia contrato com o empreiteiro, tinha sido aberto concurso, tinha sido escolhido o empreiteiro e as obras estavam para arrancar, posteriormente e depois de ser denunciado aquele contrato é que se iniciaram por parte do atual executivo as medidas que enunciou. Isso era que estava em causa, aceitava que a opção tenha sido essa e tinha que aceitar sendo isto que aconteceu.

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer que não conhecia o processo referido para substituição das coberturas, aliás até era natural que o Sr. Deputado conhecesse melhor pois como sabia ele não teve a oportunidade de alguém lhe passar as pastas da Câmara Municipal quando ganhou as eleições em 2005 e sinceramente não conhecia e desde que está na Câmara só houve um contrato que foi anulado, foi um contrato recente das redes urbanas para a competitividade e inovação e porque reprogramações do QREN levaram a que não fosse financiado.

Passou-se para o ponto dois ponto dois: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2012, E AINDA A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPETIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este fez a apresentação do fecho de contas através de Power Point. Apresentou quadros e gráficos de análise orçamental de várias rubricas comparando os resultados de 2012 com os de 2011 quer na Despesa quer na Receita. Focalizou as variações de percentagem conforme o expresso na documentação apresentada aos Srs. Deputados identificando algumas das razões que originaram essa variação. Em relação ao património disse que depois de em 2006 se ter cumprido a obrigação de ter o património registado e avaliado, há em 2012 a assinalar um aumento devido ao registo de alguns prédios que estavam omissos e que se descobriram agora por via da atualização dos valores de IMI, havendo também a situação de alguns prédios que foram doados. Dai também o valor das amortizações ter aumentado. O património atual ultrapassa os 54 milhões de euros. Em 2012 o saldo orçamental foi já positivo sendo um bom ponto de partida para que daqui para a frente se gaste apenas o que se recebe e que ainda se liberte algo para ir diminuindo o peso da dívida no orçamento da Câmara.

Pediu a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz que em relação ao quadro apresentado do endividamento do ano de 2012 questionou sobre as empresas que estão relacionadas com as escolas (empresa que fornece alimentação ao 1º ciclo e aos infantários e a Rodoviária Beira Litoral). Estas empresas têm como parceiros os encarregados de educação e a dívida indicada põe também em causa o bom nome dos pais, porque pagam 1,42€ por refeição e pagam os transportes no secundário. Gostaria de saber qual é o valor que a Câmara suporta da refeição por cada aluno e se esse dinheiro que os pais participam é pago imediatamente à empresa, relativamente aos transportes no secundário gostaria também de saber se esse dinheiro reverte imediatamente para abatimento da dívida da empresa que presta os transportes. Gostava também de saber se no futuro o Sr. Presidente está preocupado em ajudar as famílias que têm filhos na escola, como sabe há casos muito complicados e ainda não ouviu ultimamente na Assembleia nenhuma medida que fosse de encontro a essas dificuldades ao contrário do que já está a acontecer



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em Tábua, Mortágua e outros Municípios, para além de livros, os transportes que estão também a ser gratuitos. Não sabia se tinha alguma medida perante este panorama mas pensava ser urgente falar e pensar seriamente nestas famílias.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que em relação às refeições a verdade é que a Câmara pagava uma parte substancial das refeições, como sabia há três escalões e no escalão A a Câmara paga a totalidade, no escalão B a Câmara paga metade e no escalão C os pais pagam até esse valor, o Ministério põe o resto e a Câmara suporta também a diferença para o valor que foi contratualizado. Portanto há aqui por parte da Câmara um valor substancial que é pago e que não é ressarcido por parte do Ministério da Educação. Não há qualquer tipo de problema com a empresa, esta recebe todos os meses mais do que os pais depositam nas contas da Câmara, uma parte dessa dívida é dívida que está em acordos de regularização de dívida, isto é as empresas já receberam através da banca e a Câmara está a pagar à banca, neste momento não se está a pagar porque são dívidas que estão no PAEL e portanto pagando as dívidas que estão no PAEL, na eventualidade de este ser aprovado, se houver dívidas que já estejam pagas é retirado o seu valor do programa. Em relação à TRANSDEV a Câmara recebe 44 mil euros por ano e paga 400 mil, essa é a realidade, se os alunos pagam, fazem-no diretamente à TRANSDEV, não é à Câmara de SCDão. Os contratos que têm desde transportes especiais, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e secundário custam à Câmara cerca de 400 mil euros por ano e recebem 44 mil euros do Ministério única e exclusivamente. Também a TRANSDEV tem um acordo de regularização de dívida. Em relação à preocupação com os pais ou com os alunos não há que ter preocupações porque nenhuma criança vai deixar de almoçar porque não comprou a senha ou por não haver dinheiro para o fazer. Em relação à última questão sabia que havia apoio em relação às situações mais complicadas. Solicitou autorização para o Sr. Vereador António Correia poder dar mais alguns esclarecimentos uma vez que tinha esse pelouro.

O Sr. Vereador António Correia disse não haver medidas específicas, o que existe é um trabalho de acompanhamento próximo nas escolas através do Gabinete de Ação Social. Dava o exemplo de vários casos de alunos que transitaram de escalão por terem dificuldades. Foi também aprovado numa das últimas reuniões de Câmara um conjunto de normas de apoio a famílias desfavorecidas, estavam a ultimar todo o processo para avançar com essas medidas de apoio direto, quer essas famílias tenham a cargo crianças ou não. Antes de grandes anúncios preferem atuar diretamente e é isso que estão a fazer.

Pedi novamente a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz para dizer que ficou com a ideia que os pais participam com os 44 mil euros nos transportes. O Ministério faz também outras transferências para a Câmara, nomeadamente para o pré-escolar, para o 1º ciclo e outros custos.

O Sr. Presidente da Câmara disse que havia o chamado complemento de apoio à família e há também por parte do Ministério o pagamento de sete auxiliares para o pré-escolar, nada mais do que isso. A Câmara Municipal de SCDão, para que se saiba não tem qualquer acordo com o Ministério da Educação para colocar auxiliares de educação mas tem 11 ou 12 funcionárias nos Centros Educativos e não tinha que ter, é um favor que se faz ao Agrupamento e ao Ministério da Educação.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que focou a declaração de voto sobre o fecho de contas de 2012, apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista na reunião de Câmara, iria fazer referência a alguns dos seus pontos. No ponto um a redução de cerca de 512 mil euros na despesa com pessoal saudada pelos Srs. Vereadores é depois desvalorizada pois consideram que parte significativa desta diminuição é resultante de cortes impostos nos pagamentos de subsídios de férias e de Natal. Na sua perspetiva o erro está nesta segunda parte pois os Srs. Vereadores do PS sabem que a grande maioria dos trabalhadores do Município, felizmente ou infelizmente, continuaram a receber a totalidade ou parte dos seus subsídios porque esta medida aplicou-se apenas a rendimentos brutos de valor superior a 1100€. Esta afirmação não é assim tão verdadeira por isso, a grande maioria dos trabalhadores da Câmara não são técnicos superiores. O não pagamento dos subsídios traduz cerca de 150 mil euros, cerca de 29% e não a toda essa grande parte. Ficou algo por dizer, o dinheiro que não foi utilizado para o pagamento de subsídios, foi obrigatoriamente utilizado para pagar dívida a fornecedores, não foi utilizado de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer maneira ou ao livre arbítrio do Executivo, serviu para diminuição da despesa do Município. Portanto a diminuição da despesa com pessoal não se deveu só ao não pagamento dos subsídios. Em relação à rubrica de "Aquisição de Bens e Serviços" ponto dois da declaração de voto os Srs. Vereadores do PS dizem que houve um aumento dos compromissos assumidos no ano (sem dívida transitada) de quase 1 milhão de euros pedia ao Sr. Presidente da Câmara que explicasse o motivo deste aumento. No ponto três os Srs. Vereadores dizem que pelo contrário a rubrica "Aquisição de Bens de Capital" diminuiu significativamente. Na sua opinião aplica-se o provérbio popular "preso por ter cão, preso por não ter", implica-se por fazer, implica-se por não fazer, as contas do Município são conhecidas, estamos a viver um período difícil, está difícil honrar os compromissos assumidos com a Banca e com os fornecedores que vivem também situações angustiantes mas exige-se que o Município continue a viver "à grande e à francesa", na sua perspetiva devia manter-se aquilo que se tem pois neste momento poderá considerar-se SCDão uma cidade bem infra estruturada a vários níveis e esses grandes investimentos não serão necessários de uma forma tão urgente. Em SCDão não se pode exigir que esse investimento se faça ao contrário do que a realidade nos mostra ser o mais correto. Relativamente ao ponto quatro da declaração de voto os Srs. Vereadores do PS referem ainda "o aumento nas despesas correntes de cerca de 474 mil euros, incompreensível estando em curso ao longo de 2012 o PSFR, afirmam que mais uma vez não se cumpre o princípio orçamental do equilíbrio, uma vez que as despesas correntes continuam bem superiores às receitas correntes". Nunca no Município de SCDão houve equilíbrio entre as receitas correntes e as despesas correntes, nunca, como também nunca houve equilíbrio entre receitas de capital e despesas de capital. Para ela é também incompreensível que os Srs. Vereadores só se tenham apercebido disso agora, a prática corrente na Câmara é utilizar receita de capital para pagar despesa corrente, um princípio que é errado mas que apenas prova que a relação entre o FEF corrente e o de capital está desajustada, não se podem inventar investimentos para aplicar FEF de capital. Nas transferências do Estado para 2013 o FEF de capital já está em linha com a realidade sendo cerca de 20% do total das transferências. Também é verdade que alguns dos investimentos que a Câmara pretendia fazer ou foram chumbados pela maioria que neste momento domina o Executivo ou então tiveram que ser abandonados por se ter perdido o financiamento comunitário em resultado da reprogramação do QREN, como o Projeto de Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação da Região Dão Lafões onde estava a requalificação da Escola Primária n.º1 de SCDão em Polo de Empreendedorismo Social. Infelizmente o fazer planos a cinco anos é arriscado, fazê-lo a quinze ou vinte anos ainda é mais arriscado devido às mudanças substanciais e rápidas. No ponto cinco focam que "a receita arrecadada aumentou perto de dois milhões de euros relativamente a 2011 mas isso só graças à libertação das verbas do FEF retidas por incumprimento dos limites de endividamento ao longo dos cinco anos anteriores". Não esquecer sobretudo e isso na sua opinião era importante é que esse dinheiro era dos Santacombadenses e por isso foi devolvido, dinheiro esse tantas vezes dado como perdido. As retenções permanecem mas com o valor das mesmas tem-se pago a fornecedores com dívidas em atraso de modo a que o Município diminuía as dívidas. No ponto seis é referido o facto de a Câmara ter baixado o seu endividamento em mais de dois milhões pelo encaixe extraordinário de cerca de 1,5 milhões retidos pelo FEF e pela não contratação do empréstimo de curto prazo. Pensava que aqui devia ter havido um erro por parte dos Srs. Vereadores do PS porque esse empréstimo de curto prazo foi efetivamente contraído, tinha um documento que pediu na contabilidade por ter ficado com dúvidas e foi contraído um empréstimo de curto prazo no início de 2012 para pagamento de despesas urgentes, no caso de faturas com fundos comunitários associados. Não percebia e não entendia o que os Srs. Vereadores queriam dizer pois o empréstimo foi contraído, mas essa também era uma prática habitual, sempre foi porque sempre se contraíram empréstimos para pagamento de dívidas, cobriam-se umas com novos empréstimos contraídos, para o bem e para o mal a verdade é que hoje a contratação de empréstimos está mais controlada e limitada o que permitirá daqui a uns anos que as coisas comecem a mudar efetivamente. Em relação ao ponto oito é de facto de lamentar o não pagamento à banca, a não liquidação de encargos bancários. Lamentava muito mais o não pagamento a fornecedores, fornecedores que têm empresas e portas abertas e que continuam a fechar e a passar por processos angustiantes devido ao não pagamento dos serviços prestados.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esperava como Santacombadense assim como qualquer um dos presentes na sala que essa situação seja sanada rapidamente e o Município continue a poder honrar os seus compromissos.

Para responder à questão colocada foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse estarem as contas mal feitas na questão do aumento dos compromissos assumidos em quase um milhão de euros na rubrica "Aquisição de Bens e Serviços". Apresentou um quadro onde no ano de 2011 se mostrava que o valor desta rubrica foi de um 1 milhão e 805 mil euros e em 2012 foi de 2 milhões e 220 mil euros portanto o aumento foi de cerca de 420 mil euros e deveu-se ao que já tinha referido anteriormente e que tinha a ver essencialmente com a passagem do IVA de 6% para 23% e o aumento do tarifário na eletricidade, no gás, nos combustíveis, nos transportes escolares, nos RSU, etc e portanto tudo isto resultou não numa aquisição de mais serviços mas acima de tudo num aumento do preço desses serviços que se cifrou em mais 420 mil euros no ano.

Foi depois dada a palavra ao Sr. Deputado João Boto Martins que começou por dizer que já ia longa a sequência de intervenções quase todas polémicas e também ia longa a lista das cantilenas que já hoje ali ouviram e a que o Sr. Presidente da Câmara se referiu juntando algumas à lista, a última foi a cantilena dos Centros Educativos, da Carta Educativa e essa nunca a conseguiu engolir porque quando aprovou a Carta Educativa estava convencido que estava a aprovar um documento bem elaborado que de maneira nenhuma era de execução integral obrigatória, afinal estava enganado, os erros pagam-se e aí estamos nós com os Centros Educativos construídos embora com o seu voto contra por serem tantos. Houve várias cantilenas e grande parte delas da autoria do autor da acusação, o Sr. Presidente da Câmara é que veio dizer que está farto das cantilenas e já nem as ouve e depois trouxe aqui várias. Por outro lado a Sra. Deputada Inês Matos complicou-lhe a tarefa porque vinha para se pronunciar sobre as contas e agora já não sabia sobre o que é que havia de se pronunciar, se sobre as contas, se sobre os comentários da Sra. Deputada. O Sr. Presidente da Assembleia disse ao Sr. Deputado que se estava a debater o ponto dois e era sobre este que se deveria debruçar. O Sr. Deputado prosseguiu afirmando que ia a dizer que a Sra. Deputada Inês Matos veio apreciar a declaração de voto dos Vereadores do PS sobre este ponto e aí complicou-lhe a tarefa na medida que fez o trabalho que ele ali iria fazer mas ao contrário. A diminuição da despesa com pessoal de qualquer modo foi positiva para a Câmara mas negativa para o pessoal ainda que tenha sido conseguida com o corte dos subsídios de férias e de Natal. Havia que lamentar que essa evolução positiva, por um lado seja prejudicada pelo prejuízo imposto ao pessoal e por outro lado não se deva na sua maior parte ao empenhamento verdadeiro do Executivo na redução dessa despesa e que tenha sido conseguida em parte, o que está também na declaração de voto dos Deputados Socialistas, por razões externas à gestão da Câmara. Foi conseguida e só se lamenta que não tenha sido mais conseguida com o empenhamento verdadeiro da Câmara nessas medidas. Por outro lado há que lamentar que neste exercício se tenha verificado um aumento nas despesas correntes, o Sr. Presidente já explicou que se deve a um aumento dos custos e não efetivamente um aumento das despesas mas não houve foi a diminuição que se pretendia e como seria desejável. Por outro lado há também um aumento de cerca de 1 milhão de euros de compromissos assumidos na Aquisição de Bens e Serviços que a Sra. Deputada não referiu. Lamentava-se também que continue a prática dos incumprimentos bancários vencidos no ano. Tudo isto acaba por ir bater também noutra matéria que foi ali discutida e que nada tem a ver com as contas de 2012 mas não queria deixar de salientar na medida em que vai ter reflexos nas contas do ano seguinte não deixando de estar ligada à gestão de 2012, o tal PAEL e o empréstimo, ficando surpreendido pois apesar de todos os inconvenientes que tem teve ali um apoio tão incondicional por parte dos Srs. Deputados da Bancada do PSD. Ficou surpreendido pois estava convencido que os Srs. Deputados da Bancada do PSD encarariam essa questão com algumas reservas e não com uma visão tão direcionada para uma das soluções e esperava que o Sr. Presidente da Câmara encontrasse soluções alternativas pois esta história também o estava a fazer lembrar a do Tribunal Constitucional que é o responsável pelos problemas do Governo. Agora em SCDão a oposição é o Tribunal Constitucional cá do sítio e é responsável pelos problemas da Câmara.

O Sr. Presidente da Assembleia considerou o assunto esclarecido e passou para a votação sendo a prestação de contas do ano de 2012, o inventário patrimonial e respetivas avaliações do Município de SCDão aprovados por



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maioria com 16 votos a favor do PPD/PSD e a 10 abstenções do PS. Estiveram ausentes da votação os Srs. Deputados Edite Cruz e Hélder Dias.

Passou-se para o ponto dois ponto três: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que a revisão tinha a ver com a transição do saldo da gerência de 2012 para o Orçamento de 2013 e a sua distribuição por classificações económicas.

Não havendo intervenções passou-se para a votação sendo a revisão aprovada por maioria com 16 votos a favor do PPD/PSD e 11 abstenções do PS. Esteve ausente da votação a Sra. Deputada Edite Cruz.

Passou-se para o ponto dois ponto quatro: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2012= APRECIÇÃO.

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que fez a intervenção contante do anexo n.º6 que faz parte integrante desta ata.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este em relação à Lei dos Compromissos que foi focada disse que a interpretação feita pelo Sr. Deputado está errada. Todos os meses têm de fazer um cálculo dos fundos disponíveis e enviar para a Direção Geral das Autarquias Locais e até agora nenhum foi devolvido com erros. A Lei criou mecanismos para as Câmaras Municipais que por um lado permitem às que têm dívidas no PAEL e que estão bloqueadas não sejam contabilizadas como compromissos, por outro lado tudo o que são acordos de regularização de dívida e estando eles a ser cumpridos não contam para a Lei dos Compromissos. Por outro lado ainda, a Lei prevê que seja possível por exemplo no mês de abril antecipar fundos disponíveis que se perspetivem receber em maio e por aí adiante e portanto todos os cálculos de fundos disponíveis que foram feitos até agora têm permitido que a Câmara faça face aos compromissos que tem e que possa continuar a funcionar como está, são limitados e daí também uma retração no que são os excedentes municipais mas não há nenhuma violação da Lei dos Compromissos, desde a primeira hora que a Câmara a está a cumprir.

Pediu novamente a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa para dizer que se estava a referir exclusivamente a um relatório que é entregue aos Deputados, se este relatório como outros estão mal elaborados e não espelham a realidade que deveriam espelhar o contratante pelos serviços deverá atuar, neste caso a Câmara. Tinham que se cingir ao que está no relatório que diz que a Lei dos Compromissos não está a ser cumprida. Não sabia o que se passava na Câmara.

Para responder foi dada novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse ser evidente que o Revisor Oficial de Contas faz uma leitura que não é a da Câmara. Ainda bem que havia ROC porque antes não havia, nunca houve na Câmara e portanto fazia-se o que se queria e apetecia e ainda restava tempo. Neste momento há ROC e ficam a saber tudo e mais alguma coisa, até ficam a saber o que não é verdade. O ROC terá de ser chamado à atenção para este caso e junto da Direção Geral das Autarquias Locais que é a entidade que tutela, verificar que a Câmara está a cumprir a Lei dos Compromissos. Queria dizer também que relativamente à informação financeira das Empresas Municipais as contas consolidadas serão entregues em junho, na próxima Assembleia, porque também as Empresas Municipais e todas as Empresas onde a Câmara participa, que são várias, têm de ter os relatórios de contas aprovados até ao fim de abril, portanto se não têm os relatórios aprovados também não se podem colocar nas contas da Câmara. Por isso as contas consolidadas só aparecerem em junho. O auditor sabe desta situação até porque é o auditor de algumas das empresas em que a Câmara participa e não devia fazer esta observação. Os Srs. Deputados não são obrigados a saber desta situação e nesse sentido pensa que agiu bem ao dizer que não teve acesso às contas, mas sabe porquê e podia ter dado a explicação.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS DO PDM, EM TREIXEDO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que as medidas preventivas têm uma duração no tempo e quando se pretende que se mantenham por mais tempo há que fazer este processo administrativo, isto porque também está em curso em Treixedo um Plano de Urbanização e em função deste Plano pretende-se que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuem as restrições previstas no sentido de não se inviabilizarem investimentos futuros, por exemplo no Granjal onde se perspetiva em breve que a conceção da zona onde estão as termas seja feita à Câmara e essa conceção obriga a determinado tipo de medidas preventivas e assim já se está a acautelar a questão. Confessava não saber se era especificamente para a zona do Granjal mas sabia que havia questões em Treixedo que têm que ser acauteladas.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo a proposta aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: ECOBEIRÃO- SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SÓLIDOS DO PLANALTO BEIRÃO, EIM,SA= ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Não havendo intervenções passou-se para a votação sendo a alteração dos Estatutos da Ecobeirão aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto sete: PROJETO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que este Regulamento tinha a ver com o "Licenciamento Zero". O Regulamento tinha que ser adaptado, caso contrário corria-se o risco de não se ter capacidade de cobrar taxas.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o Projeto de Regulamento aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto oito: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Não havendo intervenções passou-se para a votação sendo a proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto nove: MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO = PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (1ª); APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que não havia implicações financeiras nem a criação de mais lugares simplesmente havia que acomodar alguns casos que há na Câmara de pessoas que exercem cargos de chefia e não podem ser nomeados como tal, mesmo com o ordenado que têm hoje porque não existem no quadro de pessoal esses lugares.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo a proposta de alteração do mapa de pessoal aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dez: CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO= PEDIDO DE INTERVENÇÃO/AJUDA PARA DEFENDER O PODER LOCAL, PORTUGAL E AS POPULAÇÕES=CONHECIMENTO.

Não houve pedidos de intervenção.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve qualquer pedido de intervenção.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença e participação de todos dando pelas dezassete horas e cinco minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Fernando Marques Soares
Presidente



Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, restantes membros da Mesa, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados, público em geral, muito boa tarde.

Gostaria hoje, um dia depois de mais um aniversário do 25 de abril de 1974, reflectir sobre a importância daquele acontecimento histórico. A aplicação aqui do histórico prende-se com o facto de para alguns os 39 anos de tal acontecimento já se ter esbatido no tempo e para outros não entenderem o porquê de se lhe dar tanta relevância.

Após quase 50 anos de ditadura e fascismo, dum cinzentismo opressivo, em que a ignorância, a falta de cultura e a pobreza do povo eram o garante para a subsistência do regime, os militares – por desígnios que só eles sabem, iniciaram a revolução que iria dar origem à mudança de regime. O POVO, oprimido mas não burro, aproveitou o momento para forçar a mudança e estabelecer o regime democrático.

Interessante quando analisamos a palavra “demo” – povo, “Krátos” – domínio, e muitos pensaram que se realmente se iria instaurar um regime que pensasse no povo e para o povo. Infelizmente aquele desígnio foi-se esvaziando, os eleitos pelo povo a quem deveriam servir começaram a servir-se e a servir os grupos grandes grupos financeiros, económicos e de interesses. O povo, o povo onde está? Nas propagandas políticas de ocasião, na hora de pagar pelos erros cometidos pelos sucessivos governos e por políticos desqualificados.

E os direitos garantidos? Quais direitos?

O direito à saúde, não, a saúde não dá lucro, se alguma vez o deva dar. Mas os hospitais privados, os seguros de saúde e quejandos, proliferam por este país. Regular o serviço público promover o controlo dos hospitais e centros de saúde por forma a acabar com gastos e poderes instituídos? NÃO! O Povo que pague cada vez mais por piores serviços para justificar o recurso ao privado.

O direito à educação, não, o privado fica mais barato. Mas o povo paga a parte com que os governos privilegiam as escolas privadas onde os filhos dos mais favorecidos estudam e onde não entram os filhos dos mais desfavorecidos, do povo.

O direito à justiça - nem todos têm milhares de euros para contratar bons advogados e de recurso em recurso se irem livrando da cadeia; nem todos têm direito de antena para candidamente se dizerem “inocentes” caluniando aqueles que fazem cumprir a Lei, nem todos são banqueiros ou gestores de grandes empresas, nem todos são políticos, para quem a justiça é suave, lenta e especial. Mas e para o povo, justiça exemplar, mesmo que o crime seja um chocolate.

O direito a sermos bem governados. Não, o povo e quem trabalha são os responsáveis pela má governação. Os governantes que discricionariamente alteram Leis, revogam Leis, incumprem a Lei, permitem os abusos da Lei e a quem a Lei não se aplica nada têm que ver com o estado a



que deixaram chegar o País. A culpa é das pessoas que recorreram demais aos créditos, mas que na sua maioria os pagaram ou estão a pagar, a culpa é dos trabalhadores que não produzem, é dos doentes, é dos estudantes, enfim é de todos, menos dos culpados. Dos banqueiros, com negócios ruinosos para todos menos para eles, dos empresários que descapitalizam as empresas e que saem impunes das falências que atiram com milhares de trabalhadores para o desemprego e que passados dias criam novas empresas, dos políticos que dão cobertura às grandes empresas económicas/financeiras porque não se sabe o dia de amanhã e é necessário garantir o futuro.

Os atropelos cometidos em nome da democracia, as angustias e desânimos do povo, podem atirar-nos nos braços de perigosas e preocupantes situações em que em nome da liberdade se caia numa nova ditadura.

“Dêmos” “Krátos” – Que o domínio volte ao povo e para o povo.

25 de abril hoje e sempre

O Deputado,

José Augusto Morais de Sousa

Sobrinho
26/4/2013

José Carlos Ary dos Santos descreveu, de forma brilhante, o que foi o 25 de Abril.

Em as “As portas que Abril Abriu” mais do que um texto poético encontramos o lado da história que todos os anos comemoramos!

E comemoramos porque somos livres, porque ganhamos, cada um de nós, voz, uma voz saída de uma semente plantada em simultâneo com os cravos, com cravos que ainda hoje marcam o nosso 25 de Abril. Aqui, nesta Assembleia, cada um de nós tem a missão de continuar a dar sentido a esse 25 de Abril...

Aqui, em Santa Comba Dão, cada eleito deve fazê-lo, sem esquecer porém que a democracia passa por respeitar a decisão soberana de quem representa: o povo.

O povo elegeu uma maioria que deveria poder decidir o rumo das coisas ao longo do seu mandato... Mas, ao contrário da história do poema, por cá há portas que se fecham, por argumentos que extravasam a política e que nos levam a questionar se Abril chegou à nossa cidade-concelho!

Cabe-nos a nós hoje, a outros em breve, dignificar a democracia! Só assim podemos continuar a ser parte da história contada pelo poeta.

Agora que já floriu

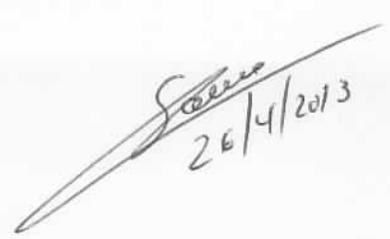
a esperança na nossa terra

as portas que Abril Abriu

nunca mais ninguém as cerra.

E apetece dizer: Que assim seja!

Paula Francisca.

A handwritten signature in black ink, followed by the date "26/4/2013".

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores, Senhores Deputados,
Exmo. Público,
Uma boa tarde a todos.

O assunto que me traz aqui hoje é a posição assumida pela oposição na penúltima reunião de Câmara no que respeita ao chumbo de empréstimo de reequilíbrio financeira proposto pelo executivo municipal. Um assunto sério, que exigia, na mesma medida, seriedade e responsabilidade por parte de todos os protagonistas políticas.

Sabemos todos que este é um instrumento de recurso, não ideal, imprescindível, no entanto, ao Programa de Apoio à Economia Local, comumente designado e reconhecido por PAEL, que aliás não é exclusivo da Câmara Municipal de Santa Comba Dão (era bom para o País se assim fosse). Como sabem, os senhores deputados, ao momento, o Tribunal de Contas já aprovou 71 Programas, seis meses depois de o Governo ter assinado 82 contractos ao abrigo do PAEL.

Neste contexto, são várias as autarquias abrangidas por estas condições, de todos os espectros político-partidários, porque na verdade, o que está em causa são, crises estruturais na sua grande maioria, e a viabilidade financeira dos municípios.

Como é, aliás, apanágio e matriz do Partido Socialista, sacodem-se responsabilidades, lavam-se as mãos, encontra-se saída num discurso demagógico e populista. E ponto. Quando dizem defender os interesses dos santacombadenses, eu pergunto: Como? Como se defendem os interesses dos santacombadenses quando não se permite o reequilíbrio das contas, o pagamento das dívidas aos fornecedores e o controlo da dívida? Quando se inviabiliza financeiramente a gestão diária da autarquia, comprometendo prospectivamente, as opções de desenvolvimento estratégico para Santa Comba Dão.

Os senhores vereadores do Partido Socialista e a senhora vereadora Manuela Alves (e não vereadora do PSD como se lê em alguns comunicados). Um parênteses para clarificar que a senhora vereadora foi eleita nas listas do PSD, tendo sido entretanto, alvo de um processo interno que conduziu à sua expulsão, como aliás é público. O PSD rejeita qualquer confusão com as tomadas de posição da senhora vereadora e penso que o mesmo se mantém verdadeiro em vice-versa.

Portanto, temos neste momento o chumbo de três vereadores do Partido Socialista e da senhora vereadora Manuela Alves. Qualquer outra leitura é abusiva e falseada. Bem, o que



é chumbado é a concessão do empréstimo de reequilíbrio financeiro e as suas condições, considerando-as danosas para o município. Nesta avaliação, das duas uma, ou o óbvio foi ignorado ou mais uma vez, preteriu-se o interesse público ao interesse partidário. Ao considerar a primeira, parto do pressuposto que o Partido Socialista ignorou a conjuntura económica que o País e a Europa atravessa, as actuais condições de crédito e o custo actual do dinheiro. Os senhores rejeitaram estas condições sob a eventual renegociação das taxas de juros a médio prazo, ignorando as próprias condições do mercado. Tábua, um município vizinho, de gestão socialista obtém um empréstimo de reequilíbrio financeiro com taxas de juros superiores (7% e 8%) aos conseguidos pelo executivo. Pedia-se à oposição, sentido de realidade. As questões que agora se colocam são: que alternativas temos? Que propostas têm? O Partido Socialista averiguou melhores condições? Falou com os fornecedores a quem a Câmara deve? Explicou que desta maneira, inviabiliza a situação financeira do município?

Do que tenho conhecimento é que de facto, o Partido Socialista já fez as contas e a única proposta que apresenta é a redução de cargos políticos directos (vereadores e gabinete de presidente), com ganhos num período de 20 anos. Fiquei com dúvidas. Aquilo que propõem é de facto aquilo que se entende? Para reequilibrar as contas do município, propõem centralizar a decisão e os poderes no Senhor Presidente da Câmara Municipal? É este o modelo de gestão, que compreendem? O trabalho do executivo e as competências reduzem-se a um único elemento? A vereação e os assessores, previstos do ponto de vista legal, são meros corpos presentes na concepção orgânica e funcional de uma autarquia? É este o respeito que têm pela democraticidade do órgão?

O senhor Presidente da Câmara, o Eng. João Lourenço, só vai cumprir mais um mandato ao abrigo da limitação de mandatos. Não tenho dúvidas que ruinoso seria para os santacombadenses se se vissem ao abrigo tutela egocêntrica e autista, criada sob um discurso demagógico e populista, onde se colocam primeiro os interesses eleitorais sobre os interesses dos cidadãos. Lamento que assim seja. Mais uma vez!

Ao Partido Socialista, que durante tantos anos, presidiu à autarquia, pede-se maior responsabilidade e uma atitude concertada na procura da solução.

Pelas pessoas. Por Santa Comba Dão.

Obrigado.

26 Abril, 2013
Leandra Cordeiro

26/4/2013

Srº Presidente da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão

Srº Presidente da Câmara

Srºs Vereadores

Srºs Membros da Assembleia

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Recebi de Vª Exª um requerimento que lhe foi enviado pelo Grupo Parlamentar do PSD de Santa Comba Dão e assinado pela Deputada Municipal Drª Inês Matos, que me convidava a prestar os esclarecimentos que tivesse por bem, sobre afirmações que fiz nesta Assembleia.

Quero aqui afirmar que não lhe respondi, até, pelo muito respeito e consideração que me merece, por em meu entender qualquer resposta só a podia dar em sede onde fiz as afirmações, que ao que dizem terão sido ofensivas da dignidade de alguém.

Transcrevo o que disse nessa Assembleia:

“ Sem querer ser mauzinho, a sensação que entretanto foi ficando é que a agregação de Freguesias do Concelho de Santa Comba Dão, foram indicadas pelos responsáveis locais do Partido Social Democrata. Não vale a pena carpir lágrimas de crocodilo, dando a sensação de oposição, quando tudo leva a crer que estas agregações foram tratadas no interior do PSD muito antes dos decisores da Unidade Técnica De Lisboa”.

Mandam as regras da boa educação que todas as cartas tem resposta e, chamo atenção das entrevistas nos jornais que foram produzidas por pessoas do PSD, mais o comunicado que a par com outro do PSD de Mortágua saíram no Defesa da Beira de 30 – de Novembro de 2012.

Quando esse comunicado do PSD de Santa Comba Dão transcrevia princípios orientadores da decisão do Governo, que é de baixar o número de Freguesias; o PSD local ao incluí-lo no seu comunicado não deixa outra leitura que não seja a que fiz.

Disse também que não teríamos de estar todos de acordo. É sério e honrado ter opinião, mesmo quando não há convergência de ideias. O que nos deve mover são princípios que aglutinem vontades para que a sociedade em que nos inserimos possa



beneficiar das posições que assumimos nos órgãos para os quais fomos eleitos . Podia dizer tão só, que sou pessoa com sensações, e ficava esclarecido!!!

Ainda não leva muito tempo que eu brincava quando um vereador do PSD me dizia que podia ser incomodado pelo que escrevi. Lembro-me de lhe responder que faria dez vezes aquela intervenção, e perguntei, por acaso já a leu? Ficava mais identificado com o conteúdo.

Disse –lhe mais , não me diga que estão a pensar em instituir os Tribunais Plenários de má memória, da noite escura, do Salazarismo . É que estamos em Democracia! E que eu saiba em Portugal não há delito de opinião.

Pois, em momento algum, a intervenção que fiz foi ofensiva para os membros eleitos desta Assembleia Municipal, ou da Câmara Municipal, lembrei, até a posição do Srº Presidente da Câmara que disse nesta Assembleia que também ele não concordava com a agregação de Freguesias.

Mas o que mais estranhei, foi ter passado a última Assembleia Municipal e, onde seria normal que se houvessem dúvidas alguém me tivesse questionado nesse dia , mas pelos vistos não havia nada a questionar. Estranho !!!

Pus-me a reflectir e de repente encontrei a motivação da requerente:

Quando na sessão anterior aqui fiz uma intervenção onde dizia que o Presidente da Câmara não podia autorgar a escritura que foi celebrada em 15 de Fevereiro de 2013, através da qual constituiu hipoteca (onerou) sobre alguns prédios, propriedade do Município, porque para tal não tinha os necessários poderes.

Como foi do domínio público em reunião de Câmara realizada em 18 de Novembro de 2012 , foi revogada a delegação de competências em particular no Presidente da Câmara, que , a partir daquela data , não pode por si só praticar quaisquer atos que impliquem a aquisição ou oneração de bens imóveis do município.

A partir desse momento, estes atos obrigatoriamente deviam passar pelas decisões em reuniões de executivo camarário.

Resulta daqui que tal ato é nulo e de nenhum efeito, por força do disposto na alínea a) do nº 2 do Artigo 133 do Código de Procedimento Administrativo (ato viciado com usurpação de poder).



Não deixei de frisar o comportamento do notário privado da Câmara Municipal, que atestou a existência de poderes do Presidente da Câmara para a outorga da escritura, quando tinha a obrigação de saber que assim não era.

Uma cidadã que é membro desta Assembleia, funcionária da Câmara, jurista e ao mesmo tempo notário privado, pode vir invocar desconhecimento do que é do domínio público? Perguntei, só.... Responda quem quiser.

Mas, aconteceu outra coisa interessante : Quando em resposta á minha intervenção, foi dito pelo Srº Presidente que apenas foi alienado um bem Municipal quando afinal foram três . Podia acerca disto fazer aqui outro tipo de comentários, mas deixo para outros essa apreciação.

Pode-me também chamar garoto, como aliás o fez em reunião camarária, com outras pessoas eleitas, que pela sua longa vida profissional , pela idade e pelas funções que já exerceram e exercem, mereciam mais respeito, porque são gente honrada e digna. A minha superior educação não me permite responder-lhe.

No decorrer deste mandato, quase tudo o que aqui trouxe , o fiz por escrito, não com o propósito de aqui vir aborrecer quem quer que seja, mas para ter quase a certeza de não ver deturpado o que dizia. Algumas vezes, essa tentação sobressaiu da parte do Presidente da Câmara, mas logo me apressei a dizer-lhe, o que disse, está escrito e está na minha mão. Nunca precisei de me esconder em qualquer anonimato, apenas procurei fazer as funções para as quais fui eleito com o mesmo número de votos que os demais.

Relacionei-me com todos pelo princípio que nos deve unir e não desunir. Procurei ser correto e leal sem discriminações, tive o prazer de conhecer outras pessoas nesta Assembleia, mas, para terminar não o queria fazer sem deixar esta mensagem. Se quem assinou o requerimento se der por satisfeita, assunto arrumado, se não, faça favor discutimos isso em qualquer instância.

VIVA O 25 DE ABRIL!!!

Santa Comba Dão, 26 de Abril de 2013

Membro eleito da Assembleia Municipal , pelo Partido Socialista

Fernando Abel Simões



Apreciação da informação financeira

Ao ler esta informação, transparece a ideia de que a lamentável, a vergonhosa situação em que nos encontramos, tem como responsáveis a oposição, que pelos vistos já aumentou em número.

Como se a oposição tenha governado, ou melhor, tenha “desgovernado” a Câmara ao longo destes quase oito anos!

Haja decoro! Como se chega ao cúmulo de se aprovar, por unanimidade, um voto de protesto pela forma indigna como o senhor Presidente tratou os vereadores que votaram contra a proposta de contratação do empréstimo de reequilíbrio financeiro, que seria mais uma pedra na corda que o condenado tem ao pescoço, quando o pretendem atirar ao rio. Diríamos nesta situação que a “oposição”, presidente incluído, votou por unanimidade um voto de protesto pelo comportamento indigno do próprio presidente. Hilariante!

Mas é bom que mais uma vez clarifiquemos este assunto, para não se ter a distinta lata de afirmar que os vereadores e já agora os deputados da “oposição são os culpados pelo não pagamento aos fornecedores, como se fossem eles que tivessem contraído as dívidas.” (entenda-se aqui oposição aquela que não acata e ousa questionar as ordens do “chefe”).

Recordemos então como se chegou até esta situação:

Lembremos a criação da Empresa Municipal Combanima, que “danosamente” lesou até agora os cofres da Câmara em cerca de 5,5 milhões de euros, a que se terá de somar as dívidas por pagar e as dívidas de IVA não pago, que recorrentemente aqui denunciámos.

Lembremos a criação da PPP Dão Gest para fazer dois Centros Educativos por valores proibitivos, sem financiamento comunitário, que já estão e continuarão a custar muitos milhões de euros aos cofres da câmara ao longo dos próximos vinte e cinco anos, que teimosamente decidiu fazer.

Lembremos, (basta ver o relatório de gestão!) o milhões de euros com despesas com pessoal ao longo de 2008, 2009, 2010, 2011.



Lembremos o PSF aprovado em 2009 e o empréstimo contratado de 6,5 milhões de euros para pagar as dívidas de curto prazo, **(as tais dívidas a fornecedores!!!)**, à data, no valor de 5,5 milhões de euros.

Lembremos que passado um ano as dívidas de curto prazo eram já maiores que antes da contratação do empréstimo, porque todas as propostas de redução da despesa apenas serviram para enganar quem se quis deixar enganar!

O plano de saneamento financeiro foi reformulado- **"agora é que vai ser a sério!"** dizia o Sr. Presidente – e foi o que se viu!!

Lembremos a declaração de desequilíbrio financeiro estrutural - o tal que o Sr. Presidente disse que se fosse declarado seria uma catástrofe para Santa Comba Dão! Que só aconteceu por nenhuma das medidas de contenção apresentadas pelo PS terem sido levadas em consideração.

E porquê o desequilíbrio financeiro estrutural?

-Porque as dívidas a terceiros de curto prazo já tinham ultrapassado os 7 milhões de euros!

-Porque se deixou de pagar os compromissos bancários!

-Porque deixou de haver dinheiro para comprar um parafuso, um saco de cimento ou um metro de areia!

Mas:

-acabar com cargos de nomeação política? Não!

-dispensar pessoal da extinta combanima (como exigido por lei)? Também não!

-reduzir as aquisições de serviços? Isso é que não!

Na elaboração do PAF, incluído no PAEL, em vez de reduzir drasticamente a despesa, optou-se pelo mais fácil - prolongar no tempo os empréstimos, de preferência a perder de vista.

Daí a necessidade de contratação deste empréstimo, que, **contrariamente ao que é afirmado, não é uma exigência legal**, mas foi sim a proposta que o executivo apresentou para responder aos indicadores para aprovação do PAEL! **Podia V. Ex.ª não ter ido por aí! Mas foi!**

Os nossos filhos, netos e bisnetos que paguem a dívida! Agora reduzir cargos, mordomias, isso é que não!

Mas tendo em conta o caminho proposto, o Sr. Presidente também disse que qualquer taxa de juros global acima de 5% seria um absurdo, mas na verdade a nova taxa proposta é de 6,75%. Mais que um absurdo! Uma monstruosidade! **Mas faça-se na mesma! Reduzir despesas é que não!**

Pelo atual empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro, de que se devem ainda cerca de 6 milhões de euros, com um excelente spread de 1,75%, vão pagar-se de juros 500 mil euros nos nove anos que ainda faltam do contrato

Atente-se - pelo novo empréstimo a contratar para substituir o PSF pagar-se-ão 4,5 milhões de euros de juros durante quinze anos, ficando ainda um remanescente de cerca de 1,7 milhões de euros, para nessa data pagar ou renegociar o seu pagamento acrescido dos respectivos juros.

O que pensam os senhores deputados da AM de tudo isto?

Não se esqueçam que também têm uma percentagem de responsabilidade no assunto, uma vez que avalizaram todos os atos de gestão que nos trouxeram aqui!

Não acham que é falta de decoro culpar a oposição pelo não pagamento a fornecedores? Foi a oposição que produziu aqueles gastos? Foi a oposição que não aplicou os empréstimos aos fins a que se destinavam – dívidas a fornecedores?

Este assunto faz-me lembrar um condutor embriagado, com o carro cheio, a conduzir em contramão na auto-estrada, para quem todos os carros que apareciam de frente estavam enganados. Nem as chamadas de atenção vindas do exterior o convenceram.

E mesmo quando um dos passageiros se atreveu a chamar-lhe a atenção de que talvez ele estivesse a conduzir em contramão, colocou-o de imediato fora do carro chamando-lhe “maluco”. Os outros ocupantes calaram-se, baixaram-se e esperaram que o acidente acontecesse.

À momentos em que todos temos de ter a coragem de dizer BASTA! Nem que para isso corramos o risco de virmos a ser considerados também “da oposição”!

Pela Bancada do Partido Socialista,



Análise ao relatório do auditor externo – 2.º semestre 2012

Da leitura do relatório destacamos o seguinte:

- Que o auditor não pôde aferir duma forma concreta se a posição de endividamento do Município a 31.12.2012 está correta uma vez que não lhe foi facultada a informação financeira das empresas municipais;
- Que o incumprimento e créditos a descoberto junto de instituições financeiras, respetivamente de 626.642€ e 117.300€, continua a aumentar o que só por si, eventualmente, iria absorver uma parte do pretense empréstimo de 6,5 milhões de euros;
- A absurda diferença apontada no relatório entre os saldos de fornecedores e as rubricas registadas pelo Município. A falta de controlo apontado, designadamente quanto ao fornecedor Rodoviária Beira Litoral, SA, que pessoalmente não me admira dada a forma como o controlo da faturação emitida por aquela empresa é feita;
- Que mais uma vez, e apesar de todos os planos apresentados e aprovados, a Lei das Finanças Locais continua recorrentemente a não ser cumprida ultrapassando em mais de um milhão de euros o estabelecido;
- Que a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso que impõe que os pagamentos não ultrapassem os 90 dias continua a não ser cumprida.

Relembro o determinado na referida Lei nos - Art.º 5.º n.º 1: “Os dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade não podem assumir compromissos que excedam os fundos disponíveis, referidos na alínea f) do artigo 3.º”; e no Art.º 11.º, n.º 1 “Os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto na presente lei incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, nos termos da lei em vigor” .

Este relatório é mais do mesmo, reflete os males repetidos e progressivamente aumentados a que este executivo camarário tem levado as contas do município com a implicação que as mesmas terão futuramente.

Pela Bancada do Partido Socialista,